



INTERNACIONALIZAÇÃO E REGIONALIZAÇÃO, DESAFIOS PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

**REVISTA BRASILEIRA DE GESTÃO
E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

V.22, N°1, Jan-Abr/2026

Taubaté/SP - Brasil

ISSN 1809-239x



UNITAU
Universidade de Taubaté



EDITORIAL

**INTERNACIONALIZAÇÃO E
REGIONALIZAÇÃO, DESAFIOS
PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS
DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

EDITORIAL

INTERNACIONALIZAÇÃO E REGIONALIZAÇÃO, DESAFIOS PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL**Edson Trajano Vieira¹**
Moacir José dos Santos²

O ano de 2026 marca o início do segundo quarto do século XXI. Tal constatação indica a premência do exame dos processos de desenvolvimento nas primeiras décadas do século, especialmente para a ponderação das estratégias e ações, quanto ao alcance do desenvolvimento em suas múltiplas dimensões nos próximos anos. Essa tarefa não é simples, porém é urgente, considerando a amplitude dos desafios relacionados a sustentabilidade ambiental, econômica e social.

Entre os desafios dos próximos anos, está a articulação entre as políticas públicas de desenvolvimento regional e a internacionalização decorrente da globalização, que provoca a aproximação entre os processos relacionados à divisão internacional do trabalho e às condições locais e regionais. Porém, esse processo não é linear, pois nos últimos anos há o ressurgimento do nacionalismo associado à elevação de barreiras tarifárias, no âmbito da competição entre as principais potências econômicas, em especial os Estados Unidos e a China. Acrescenta-se a esse cenário a expansão das tensões militares pautadas em rivalidades geopolíticas, como o confronto entre Ucrânia e Rússia, que envolve indiretamente parte dos países europeus e os Estados Unidos, ou o caso das disputas entre China, Coreia do Sul e Japão no leste asiático.

Nesse cenário, a articulação e implementação de políticas públicas relacionadas ao fomento do desenvolvimento regional implica distintos níveis de planejamento e execução, pois é necessário considerar, além da divisão internacional do trabalho, a inserção no cenário global e suas respectivas divisões. Deste modo, a perspectiva econômica é apenas parte dos elementos necessários à articulação entre as dinâmicas regionais e internacionais. Cabe ao estado nacional conduzir esse processo sob a ótica dos interesses nacionais a longo prazo.

1 Editor Chefe da Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional. Doutor em História Econômica (USP). Docente da Universidade de Taubaté (UNITAU). E-mail: trajano@unitau.br

2 Editor Executivo da Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional. Doutor em História (UNESP). Docente da Universidade de Taubaté. Taubaté – SP, Brasil. E-mail: moacir.jsantos@unitau.br

As transformações das últimas décadas evidenciam o papel estratégico do planejamento e do Estado para a implementação de processos de desenvolvimento consistentes e duradouros. O exemplo da China é recorrente nessa discussão, porém não é um caso isolado. O destaque alcançado por diversos países do leste asiático, como a Coreia do Sul e o Vietnã, para citar apenas dois países, evidencia como políticas públicas associadas a metas de longo prazo possibilitam a constituição de setores robustos e competitivos, cujos resultados produzem benefícios para as respectivas sociedades.

No caso brasileiro, as assimetrias regionais configuram um dos aspectos mais complexos da realidade nacional, especialmente quanto a elaboração de políticas públicas aptas a promover o desenvolvimento regional equânime no território nacional. Os efeitos da divisão internacional do trabalho sobre a diversidade regional brasileira foram dinamizados no contexto da globalização. Não se trata de recusar a internacionalização, mas de gerar oportunidades para a inclusão produtiva e a sustentabilidade a partir de políticas públicas ajustadas à complexidade contemporânea e em consonância à realidade regional. Em 2026, e no próximo quarto de século, a internacionalização e a regionalização, considerando o desenvolvimento regional, constituem o eixo para a atuação do Estado nacional quanto a elaboração e implantação de políticas públicas de desenvolvimento regional.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional.



